



**CAMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL**  
Av. Assis Brasil, 51 – Centro – CEP: 93.220.050 -Sapucaia do Sul – RS  
Fones: 51.3474.1887 / 3474.1226 – Fax: 51.3474.1081



**PROCESSO Nº:**

Processo Nº  
20123 /015/ 2017

**REGISTRO Nº**

Exmo. Sr. Presidente  
Vereador **Nelson Brambila**  
DD. Presidente da Câmara de Vereadores de Sapucaia do Sul  
**SAPUCAIA DO SUL-RS**

<b>SECRETARIA DA MESA</b>	
O presente expediente foi apresentado em plenário.	
EM	16 / 02 / 2017
na	1ª reunião da 1ª Sessão
	LEIS DA 14ª LEIS
Ver. Secretário	

Proponente: VEREADORA: **IMILIA DE SOUZA-PTB**

**ASSUNTO:** Encaminha **PROPOSIÇÃO** pedindo aprovação para um **PROJETO DE LEI**, que **FIXA OS SUBSIDIOS DOS VEREADORES PARA O PERÍODO DA LEGISLATURA DE 2021/2024** e da outras providências.

**IMILIA DE SOUZA**, vereadora que este assina, integrante da Bancada do **PARTIDO Trabalhista Brasileiro - PTB**, com assento neste Poder Legislativo Municipal, vem respeitosamente a presença de Vossa. Excelência, na forma regimental requerer seja levado à consideração do colendo Plenário o presente **PROJETO DE LEI**, para o qual apresenta as seguintes

#### **JUSTIFICATIVAS:**

Sabidamente, os subsídios dos(as) Senhores(as) vereadores(as), bem como do Sr. prefeito, vice prefeito e secretários são estabelecidos de uma legislatura para outra.

Em nosso ordenamento jurídico local a matéria vem regulamentada através da Lei Municipal nº3709, de 08.04.2016, onde fixou os subsídios para a legislatura atua 2017/2021.

No entanto, aqui como em vários municípios têm sido correntes os movimentos populares visando a apresentação de projeto de lei na Câmara, para propor a redução do subsídio mensal do vereador, do prefeito, do vice-prefeito, dos secretários municipais e de cargos em comissão, bem como do valor das diárias.

O clamor pela moralização da classe política é gigantesco abrangendo todas as classes sociais, no entanto, a iniciativa para propor projeto de lei para determinadas matérias é reservada, cujo preceito está contido na própria Constituição Federal, nos incisos V e VI do seu art.29, ao indicar a Câmara Municipal como o órgão que detém a autoria das matérias, que versam sobre a redução de salários de prefeito, vice prefeito, secretários e vereadores. Assim quando a constituição Federal refere quem pode propor uma determinada matéria, afasta-se a hipótese de outros agentes apresentarem, inclusive os cidadãos, através de Projetos de Lei de Iniciativa Popular, que é o instrumento que permite a qualquer um propor mudanças no funcionamento da estrutura sociopolítica do país. Portanto somente ela, a Câmara Municipal, pode ser autora de projeto de lei para fixar o subsídio mensal dos agentes políticos municipais, restando aos demais agentes a autoria das proposições – cidadãos e entidades.

*F. Souza*

Não pode haver tamanha disparidade salarial entre a classe política e a classe trabalhadora. Portanto, tem o presente PROJETO DE LEI o objetivo de aproximar os ganhos da classe política municipal - agentes políticos - com a classe trabalhadora.

Ademais, além da crise de ordem moral e ética que assola os Poderes constituintes do Estado em todos os seus níveis, bem como o estágio primário que se encontra o sistema educacional no país, certamente, também pela desmotivação do corpo docente, em decorrência dos salários extremamente baixos pagos à quem é relegada a missão de preparar nossas crianças e jovens, incluindo aí para o mercado de trabalho e acima de tudo para o exercício da cidadania plena, não se justifica tamanha disparidade entre os salários dos professores e os altos subsídios pagos aos agentes políticos.

Registre-se ainda que dentre os elementos que estão levando ao fracasso a educação neste Município, neste Estado e no País, tem muito haver com as péssimas condições físicas das escolas, bem como a ausência de material didático e tecnológico compatível com o século XXI, mas acima de tudo, decorre dos baixos salários pagos aos professores, estes, após muitos sacrifícios de ordem pessoal e familiar, se preparam nas cátedras para aprimorarem seus conhecimentos com os quais complementarão a educação de nossos filhos e netos, mas acima de tudo são os missionários que irão prepará-los para o exercício da cidadania plena.

Como parâmetro para essa aproximação, em meu entendimento, o cidadão para exercer o honroso cargo de **VEREADOR** terá seu subsídio equiparado ao vencimento percebido pelo **PROFESSOR NÍVEL I – 40H/S, CLASSE A**, o qual de conformidade com a Lei Municipal nº 3.636 de 27.05.15, tem salário básico inicial de R\$ 2.355,03 (dois mil trezentos e cinquenta e cinco reais e três centavos) – segundo consta no Portal da Transparência – PMSS, para Legislativa aqui epígrafa.

Também, ao meu entender o cargo de vereador, inobstante outorgado através do voto popular e democrático, não retira da função o status de missão.

Ainda a grande maioria de nossa população, como se sabe, vive difícil situação econômica e não possui recursos para bancar os altos subsídios para a classe política, em especial, a classe política municipal desta grandiosa cidade, composta por uma população esmagadoramente pobre financeiramente.

Desta forma, considerando-se, em princípio, que a majoração havida nos últimos anos ultrapassa em muito a lei do bom-senso e razoabilidade, resta evidente a lesão aos cofres públicos e acima de tudo à qualidade de vida de todos os munícipes, levando a justificar a redução proposta, imediatamente.

Assim, e de forma imediata, considerando que a presente legislação somente será colocada em prática no próximo exercício(2021-2024), sugerimos que **TODOS OS SENHORES VEREADORES**, a exemplo desta parlamentar, restitua aos cofres públicos municipais, ou faça através de doação a entidades assistenciais do município, a diferença entre o aqui proposto e o valor recebido atualmente, que é na ordem de R\$9.955,81(nove mil novecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e um centavos), valores esses referentes ao mês de Dezembro de 2016.

Razões expostas, e devido a relevância da matéria aqui versada espera a Vereadora Autora pode contar com o apoio dos(as) demais Nobres Pares.

Sapucaia do Sul, 03 de fevereiro de 2017.

  
IMÍLIA DE SOUZA  
Vereadora - PTB.



**CAMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL**  
Av. Assis Brasil, 51 – Centro – CEP: 93.220.050 -Sapucaia do Sul – RS  
Fones: 51.3474.1887 / 3474.1226 – Fax: 51.3474.1081



## **PROJETO DE LEI**

Proj. Lei Legis. Nº  
003 / 2017

### **FIXA OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES PARA OPERÍODO DA LEGISLATURA DE 2021/2024 e dá outras providencias**

O Prefeito Municipal de **SAPUCAIA DO SUL**, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, com fundamento no art.82, III da Lei Orgânica do Município e nos artigos 29, inciso V e 39, par. 4º da Constituição Federal, sanciono e promulgo a seguinte LEI:

**ART.1º** O subsídio mensal dos **Vereadores de Sapucaia do Sul**, para o período da Legislatura de **2021/2024**, fica fixado no mesmo valor percebido pelo **PROFESSOR NIVEL I – 40H/S, CLASSE A**.

**ART.2º** O subsídio mensal do Presidente da Câmara de Vereadores de Sapucaia do Sul, fica fixado, no mesmo valor percebido pelo **PROFESSOR NIVEL I – 40H/S, CLASSE A, acrescido de 50%**.

**ART. 3º** Aos subsídios fixados por esta lei, será assegurada revisão anual, nas mesmas datas e no mesmo índice do reajuste concedido ao funcionalismo municipal, respeitado o previsto no artigo 37, inciso X, XI e XV da Constituição Federal, tendo como limite máximo a correção inflacionária dos 12(doze) meses anteriores à concessão da reposição de subsídios, apurada segundo índice oficial que reflita a variação de preços ao consumidor, aprovado por legislação local.

**ART. 4º** O vereador que deixar de comparecer injustificadamente às sessões Ordinárias realizadas pelo Poder Legislativo, será descontado o valor correspondente ao número de sessões ausentes contecidas no mês correspondente.

**ART. 5º** O pagamento do subsídio ao vereador, no período de recesso, corresponderá ao equivalente a 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único- Acaso a deliberação de recesso superior ao lapso temporal mencionado no caput, o excedente não será remunerado.

**ART. 6º** Toda e qualquer sessão extraordinária não poderá ser remunerada.

**ART 7º** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias consignada nos orçamentos futuros.

**Art.6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2021.

**LUIS ROGERIO LINK**  
*Prefeito Municipal*